

**VISITANDO E (RE)MEMORANDO:
A MEMÓRIA COLETIVA DA GÊNESE DA UFRPE (1912-1936)**

Denize Siqueira da Silva*

RESUMO: O que hoje se denomina Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, ao longo de seus quase cem anos de existência e história, passou por várias transformações e etapas que deram a esta Instituição Acadêmica as suas características atuais. Porém, mais que rememorar seu passado e sua histórica dimensão patrimonial, este trabalho objetiva analisar como se deu o surgimento e o funcionamento das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento,¹ as quais a originaram. Para isso, partiremos de uma visão culturalista da história, de uma forma integrada e interacionista, através de uma (re)visitação à memória coletiva desses centros do saber agrário, que nos possibilitará analisar as relações de poder entre a Igreja, representada pela Ordem Beneditina, o Estado e a elite agrária local.

Palavras – chave: Patrimônio, Memória e Escolas Superiores

ABSTRACT: What today is called Federal Rural University of Pernambuco - UFRPE over its nearly one hundred years of existence and history, went through several changes and steps that have to this institution Academic its current characteristics. However, more than recall its past and its historical dimension method, this study aims to examine how it has the appearance and operation of the Higher Schools of Agriculture and Veterinary Medicine of St. Benedict, which the rise. To do this, leave a culturalist view of history, in an integrated manner and interactionist, through a (re) visit the collective memory of the agricultural centers of knowledge, we will examine the power relations between the Church, represented by the Benedictine Order the state and local agrarian elite.

Keywords: Heritage. Memory. and the higher

INTRODUÇÃO

A História Cultural opta pelos vários aspectos, seja político, religioso, entre outros, que devem ser observados pelo historiador, o que a tornou interessante dentro das principais universidades. Sua capacidade de interação e de problematizar o processo histórico abre possibilidades de análise para os historiadores preocupados com as várias nuances historiográficas, passando os segmentos da sociedade de meros coadjuvantes a atores sociais. Essa nova forma de interpretar os fatos históricos procura dialogar com as demais Ciências Humanas, buscando meios para inventariar fatos em séries passíveis de compreensão e explicação, ou seja, uma forma diferente da História tratar a Cultura.

Nesta perspectiva, o presente trabalho propõe analisar a problemática do surgimento e funcionamento das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária de São Bento. O recorte cronológico representa o ano do lançamento da Pedra Fundamental das Instituições de Ensino acima citadas, até a sua intervenção pelo Estado. Pretendemos, a partir da temática proposta, trazer novos subsídios à história política e cultural local, particularmente aos estudos das Instituições de Ensino

¹ As referidas Escolas Superiores foram idealizadas e administradas pela Ordem Beneditina nas primeiras décadas do século vinte, na cidade de Olinda em Pernambuco.

Superior. Para o modelo historiográfico atual, as experiências cotidianas vividas, os modos de sentir e agir dos diversos segmentos sociais são fatores relevantes para compreensão e interpretação do passado histórico. Logo, não é objeto deste trabalho de pesquisa a elaboração de qualquer juízo ou conceito acerca do tema, não se trata de tecer opiniões, mas mencionar situações ocorridas que foram fundamentais para compreensão da problemática.

Nosso interesse pela problemática surgiu na Graduação, na Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – Centro de Ensino Superior de Arcoverde/AESA-CESA, quando desenvolvemos um trabalho de pesquisa voltado para os trabalhos de Extensão realizados pela UFRPE, especificamente a História da apicultura no município de Ibimirim-PE. Com os resultados da pesquisa, passamos a refletir sobre os antigos e atuais problemas com a gestão universitária e a falta de cultura de preservação do patrimônio de uma Instituição de Ensino que tem presença marcante na formação profissional, na área rural e urbana do Estado de Pernambuco. Dessa reflexão surgiu a necessidade de historicizar a atuação da *célula mater* dessa Universidade com 96 anos de ação no campo acadêmico, através da memória coletiva e tratamento documental da mesma.

A partir das inquietações do presente, buscamos nas entrelinhas da documentação, as respostas para uma análise das circunstâncias e condicionantes que conduziram ao surgimento e funcionamento das Escolas Superiores, que possibilitará compreender as relações de poder entre a Igreja, o Estado e a elite agrária local. Para isso, demos início a um trabalho criterioso de investigação da documentação, ponto de partida para a escolha do objeto em questão.

As fontes documentais e historiográficas analisadas para elaboração e início do presente trabalho foram encontradas nos arquivos da Abadia Olindense, Memorial da UFRPE - Casa Prof. Ivan Tavares - Biblioteca da Universidade Federal de Pernambuco, Arquivo Público João Emerenciano.² No primeiro momento realizamos um levantamento dos teóricos que trabalham as categorias eleitas na pesquisa: patrimônio, memória e cotidiano; em seguida inventariamos a documentação, no sentido de separar o corpus a ser trabalhado. Que nos levou a decidir sobre a escolha do nosso recorte cronológico - que compreende a fase beneditina.³

A partir da análise documental realizada, surgiram os nossos questionamentos: quais acordos, táticas, sutilezas, estratégias foram desenvolvidas através das relações nas redes de sociabilidades entre os envolvidos na problemática? Qual a procedência e identidade dos alunos, considerando o sistema de internato e externato das Escolas? Com relação ao projeto pedagógico, qual o modelo adotado pelos beneditinos e por quê? O que levou o Estado a intervir de maneira “autoritária” nas Escolas Superiores de São Bento em 1936? Como contextualizar as Escolas Superiores de São Bento,

² Nos referidos espaços, encontramos documentos importantes para realização da pesquisa em andamento, como: Atas 1904-1905-1906, livros de crônicas, livro caixa, relatórios anuais das Escolas Superiores, diários pessoais e cartas, relatórios, livro termos de exames dos alunos, decretos, documentos oficiais, plaquetes comemorativas: 50 e 80 anos da UFRPE, notas no Jornal Diário de Pernambuco, livros, artigos e textos fios condutores para realização da pesquisa.

³ A historiografia oficial e local divide a história da Universidade Federal Rural de Pernambuco em três fases: a beneditina, período que compreende 1912-1936; a Estadual 1937-1947 e a Federal 1967 até os dias atuais.

na historiografia local, conforme um monumento do patrimônio cultural, a partir da rememoração da memória coletiva?

Por outro lado, procuramos responder também as seguintes indagações: qual o porquê do silenciamento da gênese da memória coletiva da UFRPE? Qual a relação simbólica dos personagens atuais (professores, alunos e servidores) com esse bem patrimonial de cultura – a memória? Como o conceito de memória coletiva é absorvido pela comunidade universitária atual, uma vez que cada um dos seus integrantes é parte desse coletivo e esta memória representa um bem simbólico público e, portanto, coletivo? Assim, na perspectiva de análise aqui adotada, tanto a história oficial como os silêncios da memória coletiva serão objetos de criticidade.

Na atualidade, a prática historiográfica exige do pesquisador um fecundo diálogo entre a documentação e o aporte teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento da sua investigação, esta mestria é o que propiciará legitimidade científica ao trabalho a ser realizado. Logo, para o tema aqui proposto e a problemática apresentada, as obras de autores como Le Goff, Ecléa Bosi, Roque de B. Laraia, Astor Diehl,⁴ Patrícia Mariuzzo, Ricardo Oriá, Paulo de Assunção, Carlos A. C. Lemos, Françoise Choay, Pedro P. Funari, Sandra C. A. Pelegrini,⁵ Michel Foucault⁶ e Flávio M. Henz⁷ constituem nosso lugar de reflexão.

Sobre a memória enquanto fonte histórica, os estudos de Ecléa Bosi (1998), corroboram com a análise em andamento quando afirma que,

a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória, o passado não só vem a tona das águas presentes, misturando-se com as percepções mediadas, como também empurra, desloca estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. (BOSI.1998:47)

Sendo assim, entendemos que a memória é responsável pela conservação das experiências, levando-nos a inventariar o já vivido, possibilitando recompor o passado, do marco da intelectualidade das Ciências Agrárias em Pernambuco, a partir das Escolas Superiores de São Bento. Para Jacques Le Goff (1996), o estudo da memória não é exclusividade da História, mas também da Antropologia, da Psicologia e da Educação, porém, ela ganha um significado especial para os historiadores, para quem o *estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história.*” (LE GOFF.1996:426) Dessa forma, ao rememorar o surgimento e

⁴ Valorizando o estudo da memória coletiva para analisar o surgimento das Escolas Superiores de São Bento, encontramos, nos autores, referenciais para o trabalho a ser realizado.

⁵ No referencial teórico apresentado, encontramos os fundamentos para analisar as Escolas Superiores de São Bento como patrimônio cultural.

⁶ Utilizamos o autor a partir da idéia de que as relações de poder fundamentalmente não se passam nem ao nível do direito, nem da violência, o autor não define poder como algo que nega ou impõe limites. Nessa perspectiva, o poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade.

⁷ “A opção pelas elites é aqui, antes de tudo, uma solução de escala, uma chave metodológica para, através do método das biografias coletivas ou prosopografias, perscrutar a complexidade do social.”

funcionamento das Escolas Superiores, a memória ultrapassa a simples lembrança e ocupa lugar de documento histórico. Assim, diferentemente do pressuposto positivista em que apenas o documento tem valor histórico, outras perspectivas teóricas abrangem como fontes as palavra, o gesto, a imagem entre outros. De acordo com Le Goff, em sua obra intitulada “História e memória”, o estudo da memória, envolve principalmente aqueles elementos registrados nas inscrições grafadas desde a antiguidade, logo, a memória ganha um caráter de monumento e como tal deve ser visitada pelo historiador. A partir das análises teórico-metodológicas, entendemos que a memória tem duas dimensões, a primeira é pessoal, é a introspecção pela qual cada indivíduo recorda-se ou é levado a recordar. A outra é coletiva e social.

Partindo dessa compreensão, é preciso mencionar a dimensão social das Escolas Superiores de São Bento, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e retratos da história. A dimensão social dessas Instituições de Ensino Agrário é que confere notoriedade para transformar o monumento - uma expressão da memória - em patrimônio. Dessa forma, os símbolos presentes em nosso objeto de análise são resultados de um passado histórico cultural ainda marcante em nossa sociedade. Assim, os diferentes documentos ultrapassam o significado de si mesmo e ganham um significado social, ganham status de patrimônio que, segundo Patrícia Mariuzzo (2004:13-43)

Monumentos são parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação, eles servem como um elo entre o presente e o passado dando um sentido de continuidade. A preservação do patrimônio pressupõe um projeto de construção do presente, por isso vale a pena na medida em que este patrimônio esteja vivo no presente, vivo para que as pessoas que o cercam possam de algum modo usufruir dele.

Nesta perspectiva, os monumentos ou o patrimônio histórico são meios de nos ligar ao nosso passado e devem, portanto, fazer sentido no cotidiano. Assim, todos os elementos que perfazem o patrimônio de uma coletividade podem ser compreendidos como bens culturais dessa comunidade. Os estudos de Ricardo Oriá (2001) interpretam as análises teóricas mencionadas acerca das categorias memória e patrimônio cultural, assim como, reforça a nossa opção pela análise. Para o autor já não se entende o patrimônio apenas como obras arquitetônicas ou de grande apelo histórico, mas como a produção humana em seu conjunto. Nesse contexto, a cultura, passa a ser objeto de preservação. Atualmente se preserva um bem cultural não só pelo seu valor estético, arquitetônico ou histórico “*ele é preservado se tem significado para a comunidade em que está inserido e se essa preservação possibilita a melhoria para a construção de sua identidade cultural.*”(ORÍÁ. 2001: 138)

Neste trabalho acadêmico, faremos uso do método prosopográfico⁸ ou das

⁸ A prosopografia é a investigação das características comuns do passado de um grupo de pessoas na história através do estudo coletivo de suas vidas. O método formula um conjunto de questões padronizadas, sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posições econômicas herdada, local de residência,

biografias coletivas. Seguindo a obra de Flávio M. Henz, “Por outra história das elites”, pretendemos elaborar perfis dos grupos sociais envolvidos no surgimento das Escolas Superiores de São Bento: a partir de análise de cartas e diários pessoais, pretendemos “conhecer as estratégias empregadas pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira existosa e socialmente ascendente” (HENZ.2006:9) como foi o caso daqueles que ingressavam nas referidas Escolas.

1 Um mergulho na memória

As primeiras décadas do século vinte foi um período histórico que refletiu a tensão entre o moderno e o tradicional, que se expressou nos debates de intelectuais, nas notícias e opiniões registradas na imprensa. Dessa forma, mudanças significativas transformavam o cotidiano da sociedade, através de invenções e hábitos “modernos”, como, iluminação a gás – e, depois, elétrica - bondes elétricos e metrô, restaurantes, cafés, teatros, cinemas, cabarés, hipódromos, grandes praças, jardins e parques que, gradativamente, caracterizavam a nova vida urbana das elites e o rompimento com o tradicional. Assim, a economia brasileira passou a assimilar o capitalismo e suas formas de mercado.

Inserida nesse contexto de contradições, ambigüidade, apropriação e reapropriação, com dificuldade em conceber a dimensão das mudanças que eram anunciadas pelos porta-vozes do modernismo e da modernidade, a elite agrária local aos poucos perdia os traços característicos da fase áurea da economia açucareira da região. É nesse panorama social que surgem as Escolas Superiores de São Bento, tendo como fim soerguer os agronegócios e a permanência da Ordem Beneditina em terras olindenses abalada com crescente laicização.

No cenário político a implantação da República no Brasil,⁹ vários segmentos da sociedade brasileira passaram por mudanças radicais, dentre eles, a Igreja Católica, através do decreto nº 119 A de 7 de janeiro de 1890, que determinou a separação total entre a Igreja e o Estado, extinguindo, no Artigo 4º, o *Padroado*.¹⁰ O projeto constitucional apresentou uma série de artigos que foram inaceitáveis pela Igreja, como, por exemplo, *o ensino leigo nas escolas*. Diante desse, reclamou a posse de um patrimônio que lhe pertencesse e convocou as elites católicas a reagir a toda uma rede de

educação e fonte de riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência profissional entre outros fatores. O propósito da prosopografia é dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social, descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos que se dão no seu interior.

⁹ Fato histórico ocorrido em 1889. A análise de interpretação da Proclamação da República, foi trazida a esse trabalho de pesquisa por representar importante contribuição para compreensão do surgimento e funcionamento das Escolas Superiores de São Bento.

¹⁰ Regime que através de concessões e privilégios concedidos pela Santa Sé aos reis de Portugal, determinava que eles assumiriam a tarefa de evangelização das novas terras conquistadas, utilizando para esta finalidade, os dízimos eclesíasticos cuja arrecadação ficava em seu poder.

medidas oficiais que atingiam as tradições religiosas no país. Toda essa situação causava grandes preocupações à cúpula católica que não cessava de recorrer ao apoio dos fiéis através dos sermões,

(...)a mudança rápida porque passam as instituições pátrias, e os decretos subseqüentes de que tendes notícias, amados irmãos, criaram para a Igreja Católica no Brasil uma situação nova, e que exige novas medidas para sua permanência e Prosperidade(...) (LUSTOSA.1991:17-18)

A crescente laicização na política brasileira levou os pensadores da Igreja a dialogar e lutar por seus direitos, até atingir do governo perspectivas favoráveis para a realização de suas atividades pastorais. Apesar dos conflitos vividos entre Igreja e o Estado nesse momento, é importante ressaltar que, diante das dificuldades e de acordo com as necessidades recíprocas, uma reaproximação destas Instituições poderia ocorrer de forma a beneficiar seus interesses, a exemplo da criação das Escolas Superiores de São Bento.

Para reforçar a nossa discussão historiográfica, os estudos de Maria das Graças A. Ataíde de Almeida (2001) nos trazem importantes contribuições. Segundo a autora, diante das novas determinações do Estado, “*evidencia-se para a Igreja o momento de ação*”. (ALMEIDA. 2001:74) Ao analisar documentos históricos expressivos do pensamento de setores privilegiados pelo Estado, a exemplo da Igreja, da Educação e da Imprensa, a historiadora desvenda as cortinas dos embustes sustentadas pelos “homens do poder”. Uma das contribuições deste trabalho de pesquisa está na articulação que Almeida faz entre campos distintos: o religioso, o educacional e o político. Ao relacionarmos a documentação, mais precisamente as “Atas da Abadia”, as “Plaquetes Comemorativas”, as “notas do Diário de Pernambuco” e as imagens iconográficas que se referem ao objeto de pesquisa, percebemos na escrita dos textos seus produtores e leitores: quem fala, de onde fala e para quem se fala. Como também, as sutilezas e detalhes por onde se pode compreender como surgiram as estratégias de relação de poder, as táticas e os silêncios que construíram e envolveram o objeto em análise. Dessa forma, utilizaremos a perspectiva teórico-metodológica de Michel Foucault (1984) para quem “*...em cada sociedade a produção de discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos.*”(FOUCAULT. 1979)

Assim, buscamos nos vazios historiográficos, dos textos da “Ata 1906” da Abadia Olindense, que fazem referência sobre as tensões entre a Igreja, o Estado e a elite agrária, uma nova análise acadêmica que permita contribuir com a história dessa Instituição de Ensino Agrário. Compreendemos, que a relação de poder não se passou nem ao nível de direito, nem de violência, mas, possuidor de uma eficácia produtiva, positiva. Vejamos, de forma sutil entre um discurso e outro, como um cronista relata os conflitos vividos pela aquela Ordem Religiosa nas primeiras décadas do Brasil República,

Após um ano e meio de isolamento, um grupo de monges entre eles o Revmo. Prior, D. Pedro Roeser, chegam em terras Olindenses. As primeiras atenções dos recém-chegados foram dirigidas para a Igreja onde se fizeram trabalhos importantes de restauração sob a direção do pintor italiano José Rocca, enviado por D. abade – Bispo.¹¹

Neste mesmo contexto, uma camada de senhores, “*os amigos do mosteiro*”, políticos, representantes da elite agrária local interessados em reconquistar o poder econômico, porém, não dominavam os conhecimentos e a tecnologia para colocarem seus projetos em prática. Logo, vêm, nas idéias da Igreja e do Estado uma “esperança” para os seus problemas, mesmo cientes das dificuldades em competir com as faculdades formadoras de bacharéis. Nesse momento, Igreja, Estado e elite agrária se unem para (re)conquistar o poder econômico.

Esta preocupação com o rumo da economia açucareira já estava presente nas discussões dos senhores-de-engenho presentes no Congresso Agrícola promovido pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, realizado em Recife, em 1879, demonstrando a preocupação com o futuro da agricultura. Àquela época, a grande lavoura do Império demonstrava falta de investimentos, sobretudo, de melhoria da formação profissional, conforme o discurso do Sr. João Fernandes Lopes, presente no mencionado Congresso.

Na Alemanha, Suíça e Inglaterra a instrução primaria obrigatoria é considerada o penhor seguro do engrandecimento destes paizes: e a Alemanha liga tanto apreço áquella lei, que a poz immediatamente em pratica na Alsacia – Lorena. Ora, sendo este paiz essencialmente agrícola, porque não se fizeram ainda methodos de agricultura para as aulas de primeiras letras? Porque não se começa já a dar á mocidade, a par do ensino primário, a educação agrícola, infundindo-lhe o gosto para o que lhe é tão útil?¹²

Para o momento histórico em análise; como o surgimento e o funcionamento das Escolas Superiores de São Bento, a obra de Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*¹³, é de grande contribuição para apreensão do contexto sócio-econômico do país. Ao analisarmos a obra percebemos que as demais atividades agrárias – café, borracha, cacau – não apresentam, no conjunto do período republicano até 1930, significativa expressão econômica. Inclui-se aí também o açúcar, porém, nesse caso há particularidades que lhe dá importância na história econômica: a produção do açúcar ainda representava a principal e quase única atividade econômica de algumas regiões, principalmente no litoral do nordeste. Além disso, a evolução da produção açucareira, na época, caracterizou-se por certos aspectos peculiares que merecem destaques e lançam luz sobre o caráter fundamental da economia brasileira: economia de exportação.

¹¹ Ata 1906. Arquivos do Mosteiro de São Bento em Olinda-PE.

¹² Congresso Agrícola do Recife 1878. Recife: CEPA/PE, 1978, p. 17-18.

¹³ PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004. A análise de interpretação da história econômica brasileira, sob um ponto de vista marxista, foi trazida à este trabalho de pesquisa por representar importante contribuição para compreensão do surgimento das Escolas Superiores de São Bento e seus respectivos cursos nas primeiras décadas do Brasil República.

Analisamos essa atividade, a partir de tremendo esforço de adaptação de uma economia produtora, organizada em função da exportação. O contexto apresenta acelerado processo de industrialização do açúcar, levando usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar a uma maior preocupação com a melhoria das técnicas de produção em suas lavouras, a fim de que o produto alcançasse condições de competir com outras regiões e retomasse a hegemonia econômica perdida para o Centro-Sul, após quase três séculos de primazia. Esse evento levou os proprietários a empenharem seus esforços mais ambiciosos no sentido da modernização tecnológica, período no qual, o ensino agrônômico no país se encontrava em plena efervescência para atender as necessidades nacionais, conforme o Decreto nº13. 028 de 18 de maio de 1918, do Dr. Wenceslau Braz P. Barros, então Presidente da República. Paraphraseando Durval Muniz de Albuquerque Jr , *não há objeto histórico que não seja ao mesmo instante um objeto da política.*(2007:153)

Nesse meio, os subsídios governamentais facilitaram os esforços para mobilizar capital e modernizar a economia açucareira, nas primeiras décadas do século XX. O apoio do Estado tinha como objetivo, promover o estabelecimento de grandes e modernos engenhos de açúcar. Os recursos assumiram três formas principais: subsídios as Instituições locais de crédito, garantia de lucro aos investimentos e empréstimos de capital em títulos governamentais.

Nesta teia de tensões e estratégias, um grupo de monges, liderados por D. Pedro Reoser, empreendem negociações junto às autoridades parlamentares e à sociedade, com o projeto de criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária. Levaram em conta, primeiramente, a *Santa Regra de São Bento* e no segundo momento os saberes trazidos da Alemanha que seriam repassados pelos monges beneditinos já instalados no Mosteiro de São Bento em Olinda, pelos professores Hermann Rehaag e Johann Ludwig Nikolaus e pelos demais monges beneditinos de além mar contratados para esse fim.

Com a proximidade da celebração do centenário da Universidade Federal Rural de Pernambuco, mais do que rememorar seu passado, pretendemos reencontrar as vivências e convivências dos homens que escreveram os primeiros parágrafos dessa história em terras pernambucanas.

Dessa forma, focamos a UFRPE enquanto uma Instituição de Ensino que não se restringe a repassar o conhecimento gerado externamente. Apresenta-se, portanto, como um campo repleto de particularidades, um nicho para o desenvolvimento de estudos e pesquisas. A investigação acerca da origem desta Instituição possibilitará recompor o passado do marco da intelectualidade das Ciências Agrárias em Pernambuco.

Compreendemos que, numa Instituição de Ensino, as decisões de um projeto político pedagógico não podem se reduzir a simples acomodações de normas burocráticas fruto de uma cultura marcada por valores tradicionais que “bloqueiam” ações preocupadas com a preservação e

socialização patrimonial. É nesse ponto de vista que entendemos que as experiências do passado constituem elementos indispensáveis à construção e avaliação de qualquer análise curricular num dado contexto histórico. Assim, fazer um retrospecto da historiografia preocupada com o surgimento e funcionamento das Escolas Superiores de São Bento, em Olinda, nos faz compreender como esta área de conhecimento vem contribuindo para as reflexões sobre a problemática da memória coletiva da UFRPE, a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. **História: arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALMEIDA, Maria das Graças A. Ataíde. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 2001.
- Atas da Abadia Olindense 1904-1905-1906.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- Congresso Agrícola do Recife 1878. Recife: CEPA/PE, 1978, p. 17-18.
- DIEHL, Astor Antônio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. Bauru, SP: Edusc, 2002.
- HENZ, Flávio M. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LUSTOSA, Oscar Figueiredo. **A Igreja Católica no Brasil - República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- MARIUZZO, Patrícia. **Revista eletrônica Consciência**. Último acesso em 28/10/2008, às 13:41 horas.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979-2005.
- ORÍÁ, Ricardo. **Memória e ensino de história**. IN: BITTENCOURT, Circe (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2001, p. 138.
- PRADO Jr, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004